

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026 – SEPLAD/SEDUC, DE 28
DE AGOSTO DE 2026 (CONCURSO PÚBLICO C-223)



SEDUC-PA

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ

ANALISTA DE SUPORTE EDUCACIONAL - SERVIÇO SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Atualidades
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SEDUC-PA

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ

**ANALISTA DE SUPORTE
EDUCACIONAL – SERVIÇO SOCIAL**

**EDITAL Nº 001/2026 – SEPLAD/SEDUC, DE 28
DE AGOSTO DE 2026 (CONCURSO PÚBLICO
C-223)**

**CÓD: OP-221AG-26
7901204401187**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de texto; organização estrutural dos textos	9
2. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	10
3. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo; Tipos textuais, características específicas de cada tipo; Textos literários e não literários.....	10
4. Tipos de discurso	12
5. Tipologia da frase portuguesa. estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção; Problemas estruturais das frases; organização sintática das frases: termos e orações. ordem direta e inversa .	14
6. Norma culta	19
7. Pontuação e sinais gráficos	19
8. Registros de linguagem.....	21
9. Funções da linguagem; elementos dos atos de comunicação	24
10. Estrutura e formação de palavras	27
11. Formas de abreviação	28
12. Classes de palavras, aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições, modalizadores.....	30
13. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos; Polissemia e ambiguidade	38
14. Os dicionários: tipos, organização de verbetes.....	39
15. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos, latinismos	42
16. Ortografia.....	45
17. Acentuação gráfica.....	46
18. Crase	48

Raciocínio Lógico

1. Estruturas lógicas; Proposições; Conectivos; Negação	55
2. Equivalências	57
3. Argumentos e inferências	61
4. Sequências lógicas e reconhecimento de padrões	64
5. Diagramas lógicos e de Venn	66
6. Classificação, ordenação e associação de informações	76
7. Resolução de situações-problema	79
8. Raciocínio quantitativo envolvendo razão, proporção, porcentagem, médias e regra de três simples.....	83
9. Interpretação e análise de tabelas, gráficos e indicadores	87
10. Princípios básicos do pensamento computacional aplicados à resolução de problemas	92

ÍNDICE

Atualidades

1. Aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais do estado do Pará na contemporaneidade; formação territorial, organização político-administrativa, dinâmica populacional e processo de urbanização; diversidade cultural, patrimônio material e imaterial, povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais. Desenvolvimento econômico, atividades produtivas, infraestrutura, logística, integração regional e inserção do estado na Amazônia e no cenário nacional; recursos naturais, biodiversidade, sustentabilidade, mudanças climáticas, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável; indicadores sociais, educação, saúde, segurança pública, trabalho, inclusão social e qualidade de vida; políticas públicas, desafios do desenvolvimento regional, cidadania e direitos humanos. Acontecimentos, fatos, temas e debates contemporâneos de relevância social, econômica, política, cultural e ambiental relacionados ao estado do Pará.....	99
2. Direitos humanos.....	103
3. Tecnologia e sociedade: inteligência artificial, proteção de dados pessoais (lei geral de proteção de dados – lgpd), desinformação e fake news	104

Conhecimentos Específicos

Analista de Suporte Educacional – Serviço Social

1. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social	127
2. O serviço social na contemporaneidade	131
3. Materialismo histórico-dialético e a práxis profissional.....	135
4. Questão social e suas expressões no contexto educacional	139
5. Serviço social, estado, políticas públicas e direitos sociais	142
6. Serviço social na política pública de educação	146
7. Lei nº 13.935/2019 E a atuação das equipes multiprofissionais na educação básica.....	150
8. Dimensão educativa, investigativa e técnico-operativa do serviço social.....	151
9. Instrumentos e técnicas do serviço social: estudo social, entrevista, visita domiciliar, atendimento social, encaminhamento, elaboração de relatórios, pareceres, laudos e demais documentos técnicos.....	154
10. Planejamento, monitoramento e avaliação de programas, projetos e ações socioeducativas.....	158
11. Trabalho social com famílias. Relação escola-família-comunidade. Busca ativa, enfrentamento da infrequência e da evasão escolar	162
12. Projeto político-pedagógico (ppp), gestão democrática, participação social e fortalecimento da permanência e do sucesso escolar	166
13. Trabalho interdisciplinar, intersetorialidade e articulação com a rede de proteção social	169
14. Convivência escolar, cultura de paz, justiça restaurativa, comunicação não violenta, mediação de conflitos, educação em direitos humanos, educação antirracista, promoção da diversidade, inclusão, equidade e acessibilidade	173
15. Prevenção e enfrentamento ao racismo, ao bullying, ao cyberbullying e às diferentes formas de violência e violações de direitos no ambiente escolar	177
16. Proteção integral de crianças e adolescentes e fortalecimento dos vínculos entre escola,	181
17. Família e comunidade, em consonância com a política de convivência educacional da seduc/pa	181
18. Ética profissional código de ética do assistente social. Competências e atribuições profissionais. Sigilo profissional	185
19. Projeto ético-político do serviço social	190
20. Supervisão de estágio	195
21. Lei nº 8.662/1993	199
22. Constituição federal de 1988	201
23. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – Ldb (lei nº 9.394/1996)	202

ÍNDICE

24. Estatuto da criança e do adolescente – eca (lei nº 8.069/1990).....	222
25. Estatuto da pessoa com deficiência (lei nº 13.146/2015).....	263
26. Estatuto da pessoa idosa (lei nº 10.741/2003)	282
27. Lei nº 13.935/2019.	292
28. Lei orgânica da assistência social – loas (lei nº 8.742/1993).....	293
29. Política nacional de assistência social – pnas.....	304
30. Sistema único de assistência social – suas	309
31. Lei estadual nº 9.900/2023 E instrução normativa nº 09/2023-gab/seduc, referentes à política de convivência educacional e à atuação das equipes multiprofissionais na rede estadual de ensino	311

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO; ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DOS TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

AMOSTRA

MARCAS DE TEXTUALIDADE: COESÃO, COERÊNCIA E INTERTEXTUALIDADE

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

► Coesão

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	– Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica – Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catáfora – Comparativa (uso de comparações por semelhanças)	João e Maria são crianças. <i>Eles</i> são irmãos. Fiz todas as tarefas, exceto <u>esta</u> : colonização africana. Mais um ano <u>igual</u> aos outros...
SUBSTITUIÇÃO	– Substituição de um termo por outro, para evitar repetição	Maria está triste. A <u>menina</u> está cansada de ficar em casa.
ELIPSE	– Omissão de um termo	No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo “haver”)
CONJUNÇÃO	– Conexão entre duas orações, estabelecendo relação entre elas	Eu queria ir ao cinema, <u>mas</u> estamos de quarentena.
COESÃO LEXICAL	– Utilização de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou palavras que possuem sentido aproximado e pertencente a um mesmo grupo lexical.	A minha <u>casa</u> é clara. Os <u>quartos</u> , a <u>sala</u> e a <u>cozinha</u> têm janelas grandes.

► Coerência

Nesse caso, é importante conferir se a mensagem e a conexão de ideias fazem sentido, e seguem uma linha clara de raciocínio. Existem alguns conceitos básicos que ajudam a garantir a coerência. Veja quais são os principais princípios para um texto coerente:

- **Princípio da não contradição:** não deve haver ideias contraditórias em diferentes partes do texto.
- **Princípio da não tautologia:** a ideia não deve estar redundante, ainda que seja expressa com palavras diferentes.
- **Princípio da relevância:** as ideias devem se relacionar entre si, não sendo fragmentadas nem sem propósito para a argumentação.
- **Princípio da continuidade temática:** é preciso que o assunto tenha um seguimento em relação ao assunto tratado.
- **Princípio da progressão semântica:** inserir informações novas, que sejam ordenadas de maneira adequada em relação à progressão de ideias.

Para atender a todos os princípios, alguns fatores são recomendáveis para garantir a coerência textual, como amplo **conhecimento de mundo**, isto é, a bagagem de informações que adquirimos ao longo da vida; **inferências** acerca do conhecimento de mundo do leitor; e **informatividade**, ou seja, conhecimentos ricos, interessantes e pouco previsíveis.

MODOS DE ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA: DESCRIÇÃO, NARRAÇÃO, EXPOSIÇÃO, ARGUMENTAÇÃO E INJUNÇÃO; CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DE CADA MODO; TIPOS TEXTUAIS, CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DE CADA TIPO; TEXTOS LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.



RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURAS LÓGICAS; PROPOSIÇÕES; CONECTIVOS; NEGAÇÃO

Precisamos antes de tudo compreender o que são proposições. Chama-se proposição toda sentença declarativa à qual podemos atribuir um dos valores lógicos: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Trata-se, portanto, de uma sentença fechada.

Elas podem ser:

- **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:
 - Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?
 - Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
 - Frases imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.
 - Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$
- **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

- **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s..., chamadas letras proposicionais.
- **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, S..., também chamadas letras proposicionais.

Atenção: todas as **proposições compostas** são formadas por duas proposições simples.

Proposições Compostas – Conectivos

As proposições compostas são formadas por proposições simples ligadas por conectivos, os quais formam um valor lógico, que podemos ver na tabela a seguir:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE															
Negação	~	Não p	<table><tr><td>p</td><td>~p</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td></tr></table>	p	~p	V	F	F	V									
p	~p																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	^	p e q	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>p ^ q</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>F</td></tr></table>	p	q	p ^ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	p ^ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																



AMOSTRA

Disjunção Inclusiva	$\vee$	$p \text{ ou } q$	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>$p \vee q$</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>F</td></tr></table>	p	q	$p \vee q$	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	$p \vee q$																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Disjunção Exclusiva	$\underline{\vee}$	$\text{Ou } p \text{ ou } q$	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>$p \underline{\vee} q$</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>F</td></tr></table>	p	q	$p \underline{\vee} q$	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	$p \underline{\vee} q$																
V	V	F																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Condicional	$\rightarrow$	$\text{Se } p \text{ então } q$	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>$p \rightarrow q$</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>V</td></tr></table>	p	q	$p \rightarrow q$	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V
p	q	$p \rightarrow q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	V																
F	F	V																
Bicondicional	$\leftrightarrow$	$p \text{ se e somente se } q$	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>$p \leftrightarrow q$</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>V</td></tr></table>	p	q	$p \leftrightarrow q$	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	V
p	q	$p \leftrightarrow q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	V																

Em síntese temos a tabela verdade das proposições que facilitará na resolução de diversas questões

		Disjunção	Conjunção	Condicional	Bicondicional
p	q	$p \vee q$	$p \wedge q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$
V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F
F	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	V

ATUALIDADES

ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS, ECONÔMICOS, POLÍTICOS, CULTURAIS E AMBIENTAIS DO ESTADO DO PARÁ NA CONTEMPORANEIDADE; FORMAÇÃO TERRITORIAL, ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, DINÂMICA POPULACIONAL E PROCESSO DE URBANIZAÇÃO; DIVERSIDADE CULTURAL, PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL, POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ATIVIDADES PRODUTIVAS, INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA, INTEGRAÇÃO REGIONAL E INSERÇÃO DO ESTADO NA AMAZÔNIA E NO CENÁRIO NACIONAL; RECURSOS NATURAIS, BIODIVERSIDADE, SUSTENTABILIDADE, MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; INDICADORES SOCIAIS, EDUCAÇÃO, SAÚDE, SEGURANÇA PÚBLICA, TRABALHO, INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA; POLÍTICAS PÚBLICAS, DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. ACONTECIMENTOS, FATOS, TEMAS E DEBATES CONTEMPORÂNEOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL, ECONÔMICA, POLÍTICA, CULTURAL E AMBIENTAL RELACIONADOS AO ESTADO DO PARÁ

FORMAÇÃO HISTÓRICA, TERRITÓRIO E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE PARAENSE

► Formação territorial e organização político-administrativa

Processos históricos de ocupação e integração do território

O território paraense resulta de processos históricos marcados pela ocupação colonial da Amazônia, pela presença anterior e permanente de numerosos povos indígenas e pela formação de redes de povoamento articuladas aos rios. Belém consolidou-se como centro político, comercial e administrativo, enquanto outras áreas se estruturaram em torno de missões, atividades extrativas e rotas fluviais. Rios como Amazonas, Tocantins, Xingu e Tapajós conectaram comunidades, núcleos urbanos e zonas de produção, mantendo até hoje grande influência sobre transportes, abastecimento e formas de vida.

Diferentes ciclos econômicos alteraram a ocupação territorial. A economia da borracha, a expansão agropecuária, a mineração, grandes projetos de infraestrutura e a abertura de rodovias criaram novas frentes de povoamento. Na segunda metade do século XX, políticas de integração nacional estimularam a ocupação de áreas próximas a eixos rodoviários e minerais, ampliando a urbanização especialmente no sudeste e oeste do estado. Esse processo combinou oportunidades econômicas com conflitos fundiários, pressão sobre florestas e mudanças nos modos de vida locais.

Estrutura político-administrativa e diversidade regional

O Pará integra a Federação brasileira e organiza-se em municípios com competências locais, enquanto o governo estadual exerce funções relacionadas a planejamento regional, segurança pública, educação, saúde, infraestrutura e outras políticas de alcance supramunicipal. A grande extensão territorial e a diversidade de ambientes naturais tornam a administração pública especialmente desafiadora. Há municípios conectados principalmente por rodovias, outros fortemente dependentes de transporte fluvial e áreas em que longas distâncias elevam os custos de prestação de serviços públicos.

As diferenças entre a Região Metropolitana de Belém, o arquipélago do Marajó, o nordeste paraense, o oeste do estado, a região do Tapajós, o sudeste mineral e outras sub-regiões mostram que o território não é homogêneo. Estruturas econômicas, densidades populacionais, redes urbanas e condições logísticas variam significativamente. Políticas territoriais eficientes precisam considerar essa heterogeneidade, evitando soluções uniformes para realidades sociais, econômicas e ambientais distintas.

► Dinâmica populacional, urbanização e diversidade cultural

Crescimento urbano, mobilidade e redes de cidades

A população paraense distribui-se de maneira desigual. Belém exerce forte centralidade administrativa, econômica, educacional e cultural, enquanto cidades como Ananindeua, Santarém, Marabá, Parauapebas e Castanhal cumprem papéis relevantes em redes regionais. A urbanização resulta do crescimento populacional e de fluxos migratórios ligados a trabalho, educação, serviços e grandes empreendimentos. Em várias áreas, a expansão urbana avançou mais rapidamente que o saneamento, a mobilidade, a habitação e outros serviços.



AMOSTRA

A urbanização amazônica apresenta características próprias porque cidades e comunidades mantêm intensa relação com rios, florestas, ilhas e áreas rurais. Em muitos municípios, atividades urbanas e rurais se interpenetram, e moradores podem combinar trabalho agrícola, pesca, comércio e prestação de serviços. A conectividade fluvial permanece relevante mesmo onde existem rodovias, sobretudo para comunidades ribeirinhas e localidades insulares.

A comparação entre alguns componentes territoriais ajuda a compreender essas diferenças:

Componente	Característica predominante	Desafio associado
Região metropolitana	Alta concentração de população, serviços e funções administrativas	Mobilidade, saneamento, habitação e desigualdade socioespacial
Eixos rodoviários	Expansão urbana ligada à circulação terrestre e às frentes produtivas	Ordenamento territorial, regularização fundiária e pressão ambiental
Áreas ribeirinhas	Forte dependência dos rios para mobilidade, abastecimento e trabalho	Acesso contínuo a saúde, educação e infraestrutura
Zonas de grandes projetos	Crescimento impulsionado por mineração, energia, logística ou agropecuária	Distribuição de benefícios, conflitos territoriais e serviços urbanos

Essas configurações coexistem e se influenciam. A mesma política de transporte, por exemplo, produz efeitos diferentes em uma metrópole, em uma comunidade insular e em uma cidade conectada a corredores de exportação. O planejamento territorial precisa articular escala estadual, necessidades municipais e participação das comunidades afetadas.

Povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais

A diversidade cultural do Pará inclui numerosos povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, agricultores familiares e outros grupos que mantêm formas específicas de organização social e relação com o território. Esses grupos não constituem categorias homogêneas: apresentam línguas, memórias, práticas produtivas, identidades, conhecimentos e formas de governança próprias.

Alguns elementos ajudam a compreender a importância social dessa diversidade:

- Território como base material, cultural e simbólica para reprodução da vida coletiva.
- Conhecimentos tradicionais sobre rios, florestas, ciclos das águas, plantas, pesca e manejo de recursos.

- Formas comunitárias de organização, cooperação produtiva, celebração e transmissão de memória.
- Reivindicação de direitos territoriais, acesso a políticas públicas e participação nas decisões que afetam as comunidades.

O patrimônio material inclui edifícios, conjuntos urbanos, objetos e sítios arqueológicos associados à trajetória histórica do estado. O patrimônio imaterial envolve celebrações, saberes, culinária, músicas, danças, religiosidades e práticas transmitidas entre gerações. O Círio de Nazaré e tradições ligadas ao carimbó exemplificam identidades paraenses, mas a diversidade cultural se estende muito além das expressões mais conhecidas. Sua proteção depende de políticas institucionais e da continuidade das comunidades que produzem e atualizam essas práticas.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ATIVIDADES PRODUTIVAS, INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO REGIONAL

► Estrutura produtiva e transformação econômica

Mineração, agropecuária, extrativismo e indústria

A economia paraense combina atividades de grande escala com formas produtivas familiares e comunitárias. A mineração possui peso expressivo, especialmente em áreas do sudeste do estado, onde se destacam cadeias relacionadas a minério de ferro, cobre e outros recursos minerais. Também existem atividades vinculadas à bauxita e à transformação mineral. Esses empreendimentos podem gerar empregos, receitas públicas, exportações e demanda por serviços, mas também produzem desafios relativos a impactos ambientais, uso do território, dependência econômica de commodities e distribuição social dos benefícios.

A agropecuária apresenta forte presença em diferentes regiões. A criação de gado, a produção de grãos, a agricultura familiar, o cultivo de mandioca, cacau, açaí e outras culturas compõem um quadro diversificado. O açaí possui importância econômica e cultural especialmente nas áreas de várzea e estuário, conectando produção tradicional, mercados urbanos, agroindústria e exportação. O cacau tem relevância em áreas do estado e pode ser associado a sistemas produtivos que preservam cobertura vegetal quando manejados de forma adequada.

O extrativismo vegetal, a pesca artesanal e o manejo de produtos florestais continuam fundamentais para muitas comunidades. A valorização desses sistemas produtivos está ligada ao debate sobre bioeconomia amazônica, que busca gerar renda a partir da biodiversidade sem reproduzir padrões de exploração ambiental predatória. Para que a bioeconomia produza benefícios locais, é necessário combinar conhecimento científico, saberes tradicionais, agregação de valor, infraestrutura, acesso a crédito, regularização e repartição justa de ganhos.

Serviços, comércio e economia urbana

Comércio, administração pública, educação, saúde, turismo, transporte, comunicação e outros serviços têm peso relevante, sobretudo nos maiores centros urbanos. Belém concentra funções de comando regional e atividades especializadas, enquanto cidades médias exercem centralidade sobre amplas áreas do interior. A economia urbana também incorpora grande

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: TRAJETÓRIA, CONTEXTOS E CONTRADIÇÕES

A constituição do Serviço Social como profissão no Brasil está profundamente enraizada nas transformações sociais, políticas e econômicas do século XX, principalmente no contexto da emergência da “questão social” como expressão das contradições do modo de produção capitalista. A institucionalização dessa prática profissional não foi neutra: surgiu no entrelaçamento entre os interesses da Igreja Católica, o projeto modernizador do Estado e as demandas da sociedade civil diante das crescentes desigualdades sociais.

► A emergência da questão social e a gênese do Serviço Social

O ponto de partida para compreender o surgimento do Serviço Social como profissão está na “questão social” — conceito central que designa as múltiplas expressões da desigualdade geradas pelo sistema capitalista, como a pobreza, o desemprego, a precarização do trabalho e a marginalização social. No Brasil, essas expressões intensificaram-se com a transição de uma sociedade rural e escravocrata para uma sociedade urbana e industrializada no início do século XX.

A urbanização acelerada, combinada com a incipiente industrialização e a concentração de renda, gerou graves problemas sociais, especialmente nas cidades. O Estado e a Igreja passaram a atuar de forma mais organizada para controlar os efeitos dessas contradições, mobilizando práticas assistenciais que buscavam amenizar, sem transformar, as causas estruturais da desigualdade.

Nesse contexto, o Serviço Social emergiu como uma prática voltada à contenção da questão social. Inicialmente vinculado às ações da caridade cristã e da filantropia, o Serviço Social vai progressivamente se profissionalizando, ganhando uma roupagem técnico-científica.

► Influências internacionais e a ação da Igreja Católica

A gênese do Serviço Social no Brasil não pode ser compreendida sem considerar as influências do Serviço Social europeu e norte-americano. Nos Estados Unidos, a profissão se desenvolveu com base em uma perspectiva pragmática, funcionalista e tecnicista, centrada no ajustamento do indivíduo à sociedade. Já na Europa, especialmente na Alemanha e Bélgica, a prática profissional foi inicialmente vinculada à doutrina social da Igreja Católica, valorizando a promoção moral e espiritual dos pobres.

Essas influências foram fundamentais para a formação do Serviço Social brasileiro, sobretudo a partir da difusão das encíclicas papais, como *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), que denunciavam os abusos do capitalismo, mas rejeitavam o marxismo e a luta de classes, propondo a harmonia entre capital e trabalho. Esse pensamento serviu de base para a atuação da Ação Católica no Brasil e para a criação das primeiras escolas de Serviço Social.

A Igreja Católica teve papel central na organização dos primeiros cursos e na legitimação da prática profissional. O Serviço Social era compreendido como missão de caridade e de promoção da dignidade humana, ancorado em valores cristãos. Essa orientação doutrinária perdurou até a década de 1960, quando começa a ser questionada pelo movimento de reconceitualização da profissão.

► A institucionalização do Serviço Social no Brasil

A década de 1930 marca o início da institucionalização do Serviço Social no Brasil. O processo coincide com importantes transformações políticas e econômicas, como a Revolução de 1930, a ascensão de Getúlio Vargas e a centralização do poder estatal. O novo Estado buscava criar mecanismos de controle social e de integração da classe trabalhadora ao projeto nacional-desenvolvimentista.

Nesse cenário, surgem as primeiras escolas de Serviço Social, a exemplo da Escola de Serviço Social de São Paulo (1936), seguida por outras instituições em diversas regiões do país. Essas escolas foram, em grande medida, organizadas por grupos católicos, como a Ação Social Católica e a União Internacional das Obras Católicas de Assistência Social (Unioca), com apoio da hierarquia eclesial.

O processo de formação profissional se deu de forma gradual e contou com forte inspiração no modelo norte-americano, especialmente no que diz respeito à adoção dos métodos de caso, grupo e comunidade, com ênfase na intervenção técnico-operacional e na neutralidade científica.

A regulamentação da profissão se concretiza com a promulgação da Lei n. 3.252/1957, que reconhece o Serviço Social como profissão e estabelece normas para seu exercício. Posteriormente, o Decreto n. 994/1962 institui o Código de Ética profissional, e a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social ocorre com a Lei n. 8.662/1993, atual marco legal da profissão.

AMOSTRA

► A profissão e a mediação da questão social

A institucionalização do Serviço Social no Brasil configurou a profissão como mediadora entre o Estado e os sujeitos sociais atingidos pela desigualdade. Embora tenha nascido sob forte influência conservadora e religiosa, a prática profissional foi ganhando contornos mais técnicos e políticos com o tempo.

Desde o início, o Serviço Social foi chamado a lidar com os efeitos da questão social: a pobreza, a marginalização e os conflitos sociais. Sua inserção no aparelho estatal foi orientada tanto pela necessidade de assistência quanto pela função de controle social e moralização dos pobres. Isso gerou tensões permanentes entre a função adaptativa e a função crítica da profissão, que se acentuam com o passar das décadas.

A institucionalização permitiu à profissão conquistar reconhecimento social, espaço de trabalho e relativa autonomia, mas também a inseriu nas contradições do Estado burguês, exigindo constante revisão crítica de suas bases, métodos e objetivos.

A institucionalização do Serviço Social no Brasil não pode ser compreendida apenas como um avanço técnico ou burocrático, mas como um processo profundamente ligado à história das lutas sociais, à conformação do Estado e à atuação da Igreja. Desde sua origem, a profissão assumiu uma posição de mediação entre os sujeitos sociais e o poder institucional, sendo atravessada por múltiplas influências teóricas, interesses políticos e exigências sociais.

A compreensão desse percurso histórico é essencial para que o/a assistente social compreenda a complexidade de sua prática profissional e possa atuar com criticidade, superando os limites da tradição assistencialista e assumindo um compromisso ético-político com os direitos sociais, a justiça e a transformação das estruturas de dominação social.

A trajetória da profissão revela que sua institucionalização não é um dado acabado, mas um campo em disputa, em que os fundamentos históricos, ideológicos e teóricos se entrelaçam às demandas concretas da sociedade e às possibilidades de emancipação social.

AS INFLUÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E AS FORMAS DE INTERVENÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: CONTINUIDADE, RUPTURA E RECONSTRUÇÃO PROFISSIONAL

A história do Serviço Social no Brasil é marcada por profundas transformações em suas bases teóricas, metodológicas e ético-políticas. Desde sua gênese, ligada ao pensamento conservador e à prática assistencialista da Igreja Católica, até os dias atuais, a profissão percorreu um caminho de crítica e reconstrução de suas formas de atuação. Esse percurso reflete os distintos contextos históricos e sociopolíticos vivenciados pela sociedade brasileira, os quais influenciaram diretamente o modo como os/as assistentes sociais interpretam e intervêm sobre a questão social.

► Serviço Social tradicional (1930–1960)

A primeira fase da profissão no Brasil caracteriza-se pela forte influência da doutrina social da Igreja Católica e pelo modelo funcionalista norte-americano. O referencial teórico predominante era o neotomismo, que propunha a harmonia entre as classes sociais e a conciliação entre capital e trabalho. Essa abordagem rejeitava a luta de classes, entendia a pobreza como uma falha moral ou individual, e incentivava a promoção humana com base em valores cristãos.

Características teórico-metodológicas:

- Base moral-religiosa de fundamentação da prática;
- Forte influência do positivismo e da neutralidade científica;
- Ausência de leitura crítica da realidade social;
- Visão da “questão social” como disfunção a ser corrigida;
- Ênfase na adaptação do indivíduo ao meio.

Formas de intervenção predominantes:

- **Serviço Social de caso:** atendimento individualizado, centrado na relação assistente social–usuário, com foco na reabilitação moral e na resolução de problemas pessoais;
- **Serviço Social de grupo:** intervenção com coletivos para promover a integração social e o ajustamento a normas e valores;
- **Desenvolvimento de comunidade:** voltado à organização das comunidades pobres para promover o progresso material e moral, especialmente em áreas urbanas e rurais marginalizadas.

Trata-se de uma fase adaptativa, na qual a prática profissional era voltada para a manutenção da ordem social, sem questionamento das causas estruturais das desigualdades.

A intervenção era técnica e instrumental, baseada na ideia de que o assistente social poderia “corrigir” comportamentos desviantes e promover a moralização dos pobres.

► Movimento de reconceituação e transição crítica (1960–1980)

A partir da década de 1960, o Serviço Social no Brasil e na América Latina passou por um processo de questionamento profundo, conhecido como Movimento de Reconceituação. Essa fase é marcada por críticas ao modelo tradicional, impulsionadas pelo avanço das ciências sociais, pela influência das teorias críticas, especialmente do marxismo, e pelo contexto de intensas transformações políticas, como os regimes militares e as lutas sociais no continente.

Três tendências principais emergem neste período:

Modernizadora (ou tecnocrática):

- Influenciada pela teoria funcionalista.
- Buscava modernizar a prática profissional sem romper com o sistema.
- Valorizava a racionalização e o planejamento, inserindo o Serviço Social no desenvolvimento das políticas públicas.
- A intervenção continuava instrumental, mas incorporava técnicas de administração, diagnóstico social e planejamento de programas.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

